

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**EMANUELA DA SILVA ZEFERINO**

**A ADERÊNCIA AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
PELAS EMPRESAS DO SETOR BANCÁRIO LISTADAS NO ISE/B<sup>3</sup> E A  
TRANSPARÊNCIA EM SEUS RELATÓRIOS**

**CRICIÚMA**

**2024**

**EMANUELA DA SILVA ZEFERINO**

**A ADERÊNCIA AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
PELAS EMPRESAS DO SETOR BANCÁRIO LISTADAS NO ISE/B<sup>3</sup> E A  
TRANSPARÊNCIA EM SEUS RELATÓRIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Milla Lúcia Ferreira Guimarães

**CRICIÚMA**

**2024**

**EMANUELA DA SILVA ZEFERINO**

**A ADERÊNCIA AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
PELAS EMPRESAS DO SETOR BANCÁRIO LISTADAS NO ISE/B<sup>3</sup> E A  
TRANSPARÊNCIA EM SEUS RELATÓRIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social002E

Criciúma, 27 de junho de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Milla Lúcia Ferreira Guimarães - Unesc - Orientador

Profa. Dra. Andréia Cittadin - Unesc

Prof. Dr. Leopoldo Guimarães Filho - Unesc

**Agradeço a Deus primeiramente por todas as oportunidades que tive até aqui e as pessoas que colocou em minha vida, agradeço especialmente meus pais, Noeli e Haroldo.**

## AGRADECIMENTOS

A caminhada até aqui foi cheia de altos e baixos, foram momentos difíceis e momentos de muita felicidade, mas sempre mantive a determinação, agradeço a Deus pela minha vida e todas as conquistas que tive.

A minha mãe Noeli e meu pai Haroldo, por terem me incentivado nessa graduação, principalmente a minha mãe por ter acreditado em mim e me ajudado em absolutamente tudo quando eu só tinha tempo para a faculdade, ela me ensinou a nunca desistir.

A minha irmã Janaína, sua determinação e dedicação em sua faculdade me inspiraram a fazer uma graduação.

Ao meu namorado Deivid, por ter me apoiado e ficado do meu lado todas as noites que passei fazendo trabalhos e estudando, o apoio e incentivo dele foram mais importantes do que ele pensa.

As minhas amigas, Kálita e Letícia, elas acreditaram que eu era capaz e eu sou grata por isso, elas são as irmãs que a vida me deu.

As minhas amigas da graduação Évelin, Flávia e Francine pela parceria de todos os dias, apoio, carinho, amizade e muitos choros e sorrisos envolvidos, essa jornada foi muito mais leve ao lado delas.

A minha orientadora Dra. Milla Lucia Ferreira Guimarães que aceitou me orientar e me guiar por esse tema, me ajudou em todos os obstáculos que tive e compartilhou seu conhecimento comigo.

Aos demais professores do curso por todo o conhecimento, conselhos e ensinamentos que nos passaram ao longo desses anos.

Chegar até aqui, concluir essa jornada e conquistar esse sonho só foi possível com a presença e apoio de todos vocês. Obrigada!

**“O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.”**

**Gro Harlem Brundtland**



## A ADERÊNCIA AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PELAS EMPRESAS DO SETOR BANCÁRIO LISTADAS NO ISE/B<sup>3</sup> E A TRANSPARÊNCIA EM SEUS RELATÓRIOS

Emanuela Da Silva Zeferino<sup>1</sup>

Milla Lúcia Ferreira Guimarães<sup>2</sup>

**RESUMO:** As empresas do setor bancário estão cada vez empenhadas em se tornarem sustentáveis, uma vez que suas operações de crédito e investimentos podem contribuir para isso. Ao integrarem a lista do ISE/B<sup>3</sup>, comprometem-se a adotar práticas sustentáveis e manter uma boa governança. A pesquisa tem por objetivo analisar a aderência das empresas do segmento bancário, integrantes do ISE/B<sup>3</sup> a Agenda 2030 e aos ODS e também a transparência em seus relatórios. Os objetivos específicos, consistem em: identificar as empresas do segmento bancário integrantes do ISE/B<sup>3</sup>, verificar o compromisso e prática de gestão das instituições financeiras, identificar o alinhamento das instituições financeiras com a Agenda 2030 e os ODS e verificar as práticas de transparência nas divulgações de suas ações voltadas a sustentabilidade. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, descritiva e documental. As empresas do segmento bancário integrantes do ISE/B<sup>3</sup> são: Bradesco, Banco do Brasil, BTG Pactual, Pan, Santander e Itaú. Por meio das respostas das empresas ao questionário do ISE/B<sup>3</sup> pode-se observar que as empresas do segmento bancário têm maior aderência aos ODS: 5 - Alcançar a igualdade de gênero, 10 - Reduzir a desigualdade, 13 - Combater a mudança climática e 8 - Crescimento econômico sustentado. Para dar transparência de suas ações, as instituições financeiras publicam Relatório de Sustentabilidade como parte integrante do Relatório Anual, compondo um documento único, utilizam as diretrizes do GRI para a elaboração e costumam publicar as ações socioambientais e seus impactos, o que diferencia é o que comunicam, algumas apenas resultados positivos e outras os resultados positivos e negativos.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Agenda 2030. ISE.

**AREA TEMÁTICA:** Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social

### 1 INTRODUÇÃO

Na década de 1970, o surgimento do conceito de sustentabilidade provocou uma reflexão na sociedade sobre a relação entre o crescimento econômico e a sustentabilidade social e ambiental. A ideia de sustentabilidade envolve o uso consciente dos recursos naturais para evitar impactos negativos nas gerações futuras (Almeida; Nascimento Júnior; Costa, 2017).

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

<sup>2</sup> Doutora, professora do Curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



Sendo assim, a sociedade passou a cobrar dos governos e empresas adoção de práticas responsáveis e sustentáveis. As preocupações com questões ambientais são relativamente recentes. Foi somente no início da década de 1980 que se estabeleceu um arcabouço instrumental de regulamentações, proteção e legislação ambiental, com o intuito de proteger a saúde humana e o meio ambiente. De acordo com Calixto (2021), no Brasil, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), foi criado pela Lei nº 7.735/89, com o objetivo de licenciar, fiscalizar, mitigar e controlar os impactos socioambientais oriundas das atividades econômicas.

Neste interim, surgiu o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Brasil, Bolsa e Balcão (ISE/B<sup>3</sup>), um indicador que se utiliza de procedimentos e regras estabelecidos no Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da B3, que procura refletir não apenas as variações nos preços dos ativos integrantes do índice no tempo, mas também o impacto que a distribuição de proventos por parte das companhias emissoras desses ativos teria no retorno do índice (ISE/B<sup>3</sup>, 2024).

A agenda 2030, integrada posteriormente ao ISE/B<sup>3</sup>, foi estabelecida em 2015, também exercendo um papel muito importante quando o assunto é responsabilidade ambiental, ela e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) traçando um plano no qual as empresas se comprometem a aderir e tomar suas decisões empresariais de uma forma saudável e justa para todos (Nações Unidas Brasil, 2024).

Conforme afirmado pela Febraban, as instituições financeiras têm um papel fundamental ao direcionar recursos para projetos que impulsionem o desenvolvimento sustentável. Isso não só abre novas oportunidades comerciais, mas também estimula práticas de produção e consumo que valorizam o uso responsável dos recursos naturais e promovem a inclusão social (Elkington, 2020).

Levando em conta essas considerações faz-se o seguinte questionamento: As empresas do segmento bancário integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Brasil, Bolsa, Balcão, são aderentes à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e possuem transparência em seus relatórios?

O estudo tem como objetivo geral analisar a aderência das empresas do segmento bancário, integrantes do ISE/B<sup>3</sup> a Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e analisar suas práticas de transparência em seus relatórios, por meio da análise do questionário ISE/B<sup>3</sup>. Para tanto tem-se os seguintes objetivos específicos: i) Identificar as empresas do segmento bancário integrantes do ISE/B<sup>3</sup>; ii) Verificar, nas respostas ao questionário ISE/B<sup>3</sup>, compromisso e prática de gestão das instituições financeiras; iii) Identificar o alinhamento das empresas do segmento bancário com a Agenda 2030 e os ODS, mediante as respostas ao questionário ISE/B<sup>3</sup>; e iv) Verificar as práticas de transparência nas divulgações de suas ações voltadas a sustentabilidade.

A pesquisa se justifica devido ao importante papel que empresas do segmento bancário possuem na economia tendo em vista que financiam diversos setores e atividades econômicas. A importância do tema sustentabilidade empresarial, sobretudo no segmento bancário, está ligado a compreensão contemporânea de que sua atuação e ações geram efeitos não somente aos acionistas e clientes, mas também à sociedade e ao meio ambiente (Dias, 2022). Ao oferecer crédito às empresas que impactam negativamente o meio ambiente e a sociedade, os bancos se tornam parte do problema, visto que, mesmo de modo indireto, são responsáveis por tornar essa dinâmica possível. Deste modo, esta pesquisa pode contribuir para o



avanço do conhecimento acerca do tema, fornecendo insights para as empresas, investidores e responsáveis por políticas públicas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa seção apresenta-se a base teórica da pesquisa envolvendo o Tripé da Sustentabilidade, a Agenda 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Índice de Sustentabilidade Empresarial, Governança Corporativa, Instituições bancárias e os Princípios para Responsabilidade Bancária.

### 2.1 DO TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE À AGENDA 2030: UM BREVE RETROSPECTO

Vive-se em uma sociedade pautada na produção e consumo, na qual há um desequilíbrio entre as atividades do ser humano e o meio ambiente (Costa; Ferezin, 2021). Foi basicamente em razão desse debate que Elkington (2020) apresentou, na década de 1990, o conceito de um tripé suportado pelas dimensões econômica, ambiental e social, o *Triple Bottom Line* (TBL) ao propagar o termo sustentabilidade como forma de incorporar a visão ecológica nas empresas. A sustentabilidade, sobretudo no ambiente empresarial, visa que as ações e decisões tomadas no presente não restrinjam ou inviabilizem a existência de uma empresa no futuro (Lima *et. al.*, 2019).

Em 1992, ocorreu no Brasil a conferência Rio-92, evento no qual foi firmado o primeiro compromisso global levando em conta esse novo padrão de desenvolvimento, por meio da Agenda 21 pactuada entre chefes de Estado de 100 países.

No ano de 1997 foi fundada nos Estados Unidos da América a *Global Reporting Initiative* (GRI) objetivando criar diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade para as empresas, incluindo as dimensões social, econômica e ambiental.

No ano 2000 foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Pacto Global, que se baseia em compromissos assumidos pelos diretores executivos de empresas participantes, de forma voluntária, com projetos e iniciativas alinhados aos seguintes princípios: direitos humanos, trabalho, meio ambiente e corrupção (Coutinho, 2021; Pacto Global, 2024).

No ano seguinte, em 2001, também por meio da ONU, foram lançados os 8 Objetivos do Milênio (ODM) com o estabelecimento de metas a serem cumpridas até 2015, sendo eles: 1 - Acabar com a fome e a miséria; 2 - Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde das gestantes; 6 - Combater a Aids, a malária e outras doenças; 7 - Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento (Roma, 2019).

Em 2004, em uma publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, denominada *Who Care Wins*<sup>3</sup> foi substituído o termo econômico, do tripé da Sustentabilidade por governança, tornando-se conhecido pela sigla em inglês ESG, de *Environmental, Social and Governance*<sup>4</sup>. O contexto da obra era de uma

---

<sup>3</sup> Traduzido para o português: Quem se Importa

<sup>4</sup> Traduzido para o português: Ambiental, Social e Governança



provocação do secretário geral da ONU as empresas do segmento bancário para integrar as questões ambientais, sociais e de governança na gestão de ativos, serviços de corretagem de títulos, entre outros (Coutinho, 2021; Irigaray; Stocker, 2022).

Com o término de vigência dos ODM, os compromissos pela sustentabilidade global foram renovados e ampliados por meio da Agenda 2030. Essa agenda constitui um plano de ação global que reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. Estabelecida em 2015 pelos Estado-membros da ONU, visa a adoção de medidas preconizadas para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro das condições que o nosso planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações (ONU, 2024).

Os ODS são integrados e abrangem as dimensões as sociais, econômicas e ambientais e são passíveis de serem implementados por governos, sociedade civil e setor privado. Os objetivos e metas, também conhecidos como Objetivos Globais, são um chamado universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que até 2030 todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade. Eles são integrados e reconhecem que a ação em uma área afetará os resultados em outras e que o desenvolvimento deve ser equilibrado entre sustentabilidade social, econômica e ambiental (Mazzioni; Vilani, 2021). O Quadro 1 apresenta os ODS definidos pela ONU (2023).

Quadro 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas respectivas dimensões

ESG	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Social	1. Acabar com a pobreza 2. Acabar com a fome 3. Assegurar uma vida saudável 4. Assegurar a educação inclusiva 5. Alcançar a igualdade de gênero 10. Reduzir a desigualdade
Ambiental	6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água 7. Assegurar a energia para todos 9. Construir infraestruturas resilientes 11. Tornar as cidades inclusivas 12. Produção e de consumo sustentáveis 13. Combater a mudança climática 14. Conservação dos oceanos 15. Ecossistemas terrestres
Governança	8. Crescimento econômico sustentado 16. Sociedades pacíficas e inclusivas 17. Parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Penna, Silva Filho, Ferrari, Georges (2022, p. 170).

De acordo com Matias (2019), a Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), promove periodicamente encontros para debater a Agenda 2030, com o intuito de fomentar o engajamento multissetorial de aceleração dos ODS. A SEAS entende que a Agenda 2030 representa o instrumento mais estratégico atualmente para orientar as práticas econômicas e produtivas de forma mais alinhada com a dignidade humana e a conservação dos equilíbrios ecossistêmicos. O propósito desses encontros é criar um panorama sobre a implementação dos ODS nos estados destacando seus desafios e potencialidades, além de gerar o engajamento do setor público e privado.



Nesse conjunto de circunstâncias, ao observar o mercado financeiro nota-se uma mudança no grau de importância das empresas atualmente em não serem apenas lucrativas, mas também se preocuparem com o meio ambiente, a sociedade e a governança. Um exemplo é a iniciativa da B<sup>3</sup>, que desenvolveu um índice para auxiliar os investidores a identificarem empresas que têm boas práticas nesse sentido, o ISE/B<sup>3</sup> (Almeida; Costa, 2020).

## 2.2 A BRASIL, BOLSA, BALCÃO E O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A Brasil, Bolsa, Balcão (B<sup>3</sup>) figura como uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro global, operando em ambientes de bolsa e de balcão. A B<sup>3</sup> é composta, atualmente, por diversos índices, entres eles os voltados para a sustentabilidade, como o Índice de Carbono Eficiente (ICO2/B<sup>3</sup>), Índice *Great Place To Work* (IGPTW/B<sup>3</sup>), Índice de Diversidade (IDIVERSA/B<sup>3</sup>) e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE/B<sup>3</sup>) (B<sup>3</sup>, 2024).

O ICO2/B<sup>3</sup> evidencia o comprometimento das empresas em reduzir a emissão de carbono, enquanto o IGPTW/B<sup>3</sup> apresenta uma carteira de ativos com as melhores empresas para trabalhar, conforme *ranking* nacional. Por sua vez o IDIVERSA/B<sup>3</sup> representa um indicador de desempenho das empresas listadas que se destacam no critério de diversidade, baseado no *Score* de Diversidade, desenvolvido pela B<sup>3</sup>. O ISE/B<sup>3</sup> se trata de um índice de sustentabilidade responsável por unir empresas que têm boas práticas de sustentabilidade, indicando para quem aliar bons investimentos e consciência social, uma vez que as práticas *Environmental, Social and Governance* (ESG) contribuem para a perenidade dos negócios (B<sup>3</sup>, 2024).

No Brasil, o termo ESG refere-se ao grupo de companhias que adotam boas práticas ambientais, sociais e de governança. No entanto, esse tipo de índice focado em ESG não está restrito apenas ao Brasil. Como exemplos, é possível citar o S&P 500 ESG, que reúne empresas americanas, e o *Dow Jones Sustainability Index World*, com alcance global. Juntos, esses índices representam os três principais pilares da sustentabilidade: meio ambiente, questões sociais e governança empresarial (Elkington, 2020).

Ao apresentar o desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial, o ISE/B<sup>3</sup> desempenha um papel significativo ao influenciar a maneira como as empresas são vistas não só pelos investidores, mas também pela opinião pública como um todo. Esse indicador contribui para quantificar em números certos valores que, anteriormente, eram considerados apenas questões subjetivas.

Os requisitos para que uma empresa seja admitida no ISE/B<sup>3</sup> e possa exibir o "selo de excelência" da Bolsa de Valores compreendem a necessidade de possuir mais de 200 ações em negociação na Bolsa, atender aos padrões mínimos estabelecidos pelo ISE/B<sup>3</sup> em relação ao ESG, ser designado pelo Conselho Deliberativo do ISE, manter a aderência a esses critérios por um período de pelo menos três "temporadas de carteira" anteriores, garantir uma presença no pregão (negociação de ações) de pelo menos 50% do tempo durante esses três temporadas de carteira, e ter ações negociadas a valores bastante reduzidos, na casa dos centavos (Almeida; Costa, 2020, p. 66).

Para Polo (2020), as competências do ISE, com bases em suas diretrizes, incentivam as empresas a permanecerem alinhadas aos interesses da



sustentabilidade de modo abrangente. Portanto, por meio de suas auditorias e entrevistas, o ISE busca assegurar que as entidades aprovadas estejam comprometidas com o bem-estar ambiental, social e econômico, garantindo a transparência das informações para o público e proporcionando visibilidade às empresas que compõem essa carteira.

De maneira geral, as empresas são avaliadas em relação à política, conformidade legal (especificamente em questões ambientais) e desempenho. Após a seleção das empresas é preciso considerar o peso de cada uma dentro do índice, um peso baseado no valor de mercado das empresas (quanto mais valiosa for, maior o peso dentro do ISE/B<sup>3</sup>). Assim, as empresas demonstram maior comprometimento e o melhor desempenho em relação ao ESG são as que recebem as melhores pontuações e classificações no ISE.

Em 2016, a Agenda 2030, coerente com sua história de pioneirismo, rapidamente incorporou o ISE/B<sup>3</sup> à sua metodologia de análise dos desafios. Essa inclusão ocorreu em pontos particularmente específicos, ganhando relevância gradativa, tornando-se cada vez mais como aspecto diretamente vinculado à estratégia e ao modelo de negócio das empresas (Aquino, 2022).

Aquino (2022), ainda comenta que o primeiro e fundamental obstáculo enfrentado na implementação das diretrizes foi o fato de que a Agenda 2030 e os ODS foram concebidos e negociados para aplicação em nível mundial, exigindo que cada país os adaptasse à sua realidade específica. Para orientar esse processo de composição, foram adotadas diretrizes para garantir uma abordagem consistente com a visão de sustentabilidade empresarial incorporada no questionário do ISE/B<sup>3</sup>. Esse questionário é dividido em 5 dimensões, a saber: Capital Social, Capital Humano, Governança Corporativa e Alta Gestão, Meio Ambiente e, Modelo de Negócio e Inovação.

Quanto com a Agenda 2030, a proposta é manter e reforçar uma perspectiva sistêmica da sustentabilidade empresarial; considerar os ODS não como uma lista de afazeres, mas como um tema estratégico para as empresas; focar em políticas e práticas e enfatizar a importância dos negócios para a consecução da Agenda 2030 e dos ODS.

A implementação das diretrizes adotadas para integração da Agenda 2030 ao ISE/B<sup>3</sup> resultou na criação de um referencial concebido especialmente para atendê-las, transpondo para o nível da ação empresarial os aspectos essenciais dessa agenda. Os ODS e suas metas demonstram sua escala e ambição construída na busca de concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade (Mazoni; Vilani, 2021).

A análise das práticas e projetos de uma empresa ou investimento, destinados a maximizar o impacto positivo em relação a um ODS, deve considerar as consequências não só sobre um ODS específico, mas também sobre todas as metas. Por isso, para aprimorar a análise e dar consistência e tangibilidade às conexões, é essencial identificar criteriosamente os aspectos dos ODS diretamente impactados em cada negócio, priorizando aqueles onde o impacto é mais significativo, tendo em conta o contexto específico das operações de cada empresa, considerando tanto a integração dos ODS entre si quanto a integração dos ODS com o negócio.



## 2.3 GOVERNANÇA COORPORATIVA

Com o desenvolvimento do mercado acionário e a dispersão das ações, a propriedade da riqueza e o controle das empresas passaram a ser detidos por diferentes grupos. Essa separação resultou em divergências de interesses entre os proprietários e os controladores. Para mitigar esses problemas foram implementados mecanismos de governança corporativa nas instituições (Silva, 2020).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2024) conceitua governança corporativa como um sistema pelo qual as empresas e outras organizações são dirigidas e monitorada, com vistas à geração de valor sustentável. Esse sistema envolve os relacionamentos entre os sócios, o conselho de administração, a diretoria, os órgãos de fiscalização e controle, e demais partes interessadas. Os princípios de governança corporativa estão dispostos no Quadro 2.

Quadro 2 – Princípios Básicos da Governança Corporativa

Princípios	Descrição
Integridade	Praticar e promover o contínuo aprimoramento da cultura ética na organização, evitando decisões sob a influência de conflitos de interesses, mantendo a coerência entre discurso e ação e preservando a lealdade à organização e o cuidado com suas partes interessadas, com a sociedade em geral e com o meio ambiente.
Transparência	Disponibilizar, para as partes interessadas, informações verdadeiras, tempestivas, coerentes, claras e relevantes, sejam elas positivas ou negativas, e não apenas aquelas exigidas por leis ou regulamentos. Essas informações não devem restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os fatores ambiental, social e de governança.
Equidade	Tratar todos os sócios e demais partes interessadas de maneira justa, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas, como indivíduos ou coletivamente.
Responsabilização ( <i>Accountability</i> )	Prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, cientes de que suas decisões podem não apenas responsabilizá-los individualmente, como impactar a organização, suas partes interessadas e o meio ambiente.
Sustentabilidade	Zelar pela viabilidade econômico-financeira da organização, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e operações, e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, natural, reputacional) no curto, médio e longo prazos. Nessa perspectiva, compreender que as organizações atuam em uma relação de interdependência com os ecossistemas social, econômico e ambiental, fortalecendo seu protagonismo e suas responsabilidades perante a sociedade.

Fonte: Passaglia; Rocha-Pinto (2014); IBGC (2024).

Observa-se por meio apresentado no Quadro 1, que a governança corporativa consiste em um conjunto de regras e recomendações que buscam assegurar a transparência e a integridade das instituições. Nesse contexto, os administradores se empenham em implementar práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e em divulgá-las, de modo que a empresa seja vista como legítima pelos *stakeholders*. Isso contribui para evitar ameaças à reputação e a consequente perda de legitimidade. O relatório de sustentabilidade é o documento que informa às partes interessadas sobre os mecanismos e ações que as empresas adotam para melhorar o ambiente em que estão inseridas (Silva, 2020).



Corrêa *et al.*, (2012) afirmam que a abrangência do relatório diz respeito não só ao atendimento dos anseios dos stakeholders da organização, mas também à contemplação de todas as informações necessárias à análise do perfil socioambiental das empresas. Os relatórios de sustentabilidade mais utilizados no Brasil, a saber: o proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o modelo do Instituto Ethos, ambos nacionais; e o sugerido pela *Global Reporting Initiative* (GRI) que é internacional (Corrêa *et al.*, 2012). Todos visam definir as informações mínimas a serem publicadas para dar transparência às atividades da empresa.

## 2.4 INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

Investidores de todo o mundo tem considerado os fatores de ESG ao escolher determinadas organizações para realizar seus investimentos. Calixto (2021) observa que, desde 2016, o valor do capital de ‘investimento responsável’ cresceu cerca de 40%. Diante desses resultados, muitas empresas estão reconsiderando os conceitos de ESG como parte integrante de suas estratégias.

O setor financeiro está percebendo cada vez mais que a incorporação de práticas de sustentabilidade em suas ações traz resultados positivos, tornando-se imperativo para as empresas do segmento bancário integrar estratégias sustentáveis em sua cultura não apenas para exercer um papel de indutor dessas práticas, mas também como uma possibilidade de aumentar sua captação de valores.

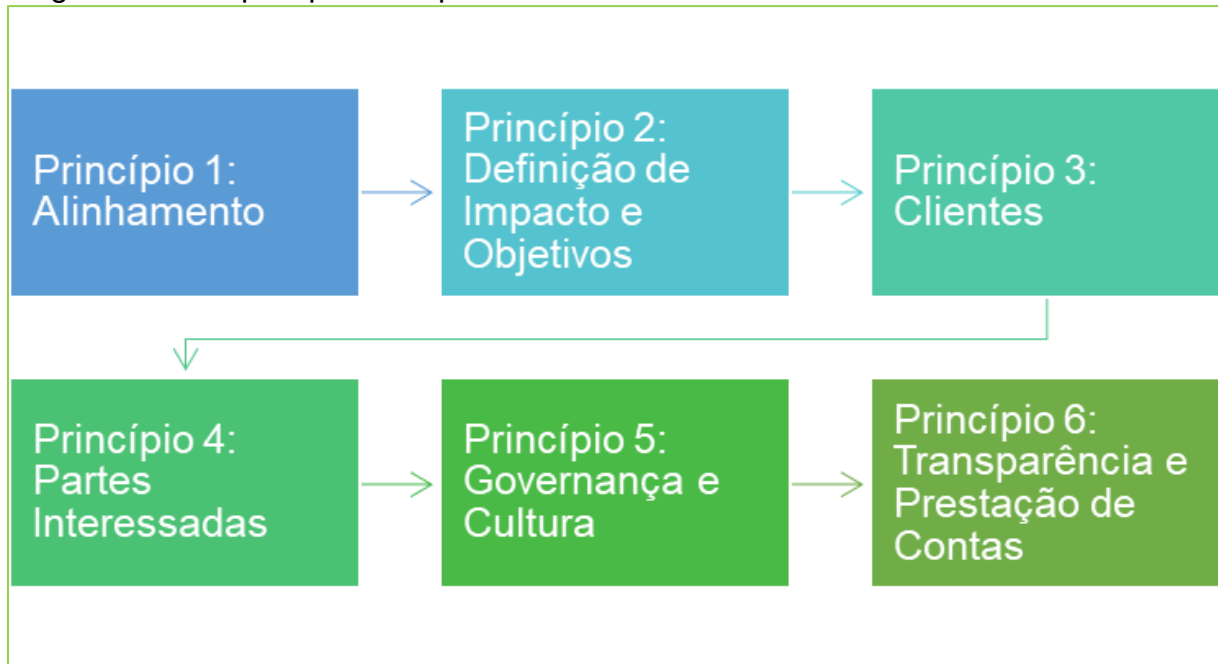
Em 2006, um claro reflexo desse processo no Brasil é o fato de as ações dos bancos Itaú Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil integrarem a carteira do ISE/B<sup>3</sup>. Isso ocorreu devido à pressão exercida por movimentos sociais reivindicatórios e à atuação de grupos organizados que resultaram em novas leis. No entanto, acelerar e efetivar as práticas ambientais por parte das empresas não é algo simples, requer estudos de implementação e a percepção das instituições de que tal comportamento será eficaz para a reputação, competitividade e ganhos de performance econômico-financeira (Matias, 2019).

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), lançou em 2009 o Protocolo Verde, aderido por Bradesco, Cacique, Citibank, HSBC, Itaú-Unibanco, Safra, Banco do Brasil, Banco Pam, BTG Pactual, Itaú e Santander. A estratégia de incorporação da sustentabilidade aos negócios passou a ser uma perspectiva assimilada para essas instituições como vantagem competitiva e alcançando as mais relevantes atividades do setor financeiro. Esse movimento não se restringe apenas aos grandes bancos e avança também aos fundos de pensão de menor porte e corretora de valores (Aquino, 2022).

Em 2019 foram instituídos os Princípios para Responsabilidade Bancária (PRB), uma estrutura concebida pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI) visando garantir que a estratégia e a realização dos bancos signatários estejam de acordo com a visão estabelecida pela sociedade em relação aos ODS (Dias, 2022). Conforme apresenta a Figura 1 os princípios para responsabilidade bancária são: alinhamento, definição de impactos e objetivos, clientes, partes interessadas, governança e cultura e transparência e prestação de contas.



Figura 1: Princípios para Responsabilidade Bancária



Fonte: Dias (2022, p. 51).

Conforme demonstrado na Figura 1, Dias (2022) esclarece que o primeiro princípio ‘Alinhamento’ objetiva sincronizar a direção dos empreendimentos de modo a ser coesa e favorecer as demandas das pessoas e os propósitos da comunidade. A *Unep Finance Initiative* (2019) cita que o princípio Alinhamento está em consonância com os ODS, o acordo Climático de Paris e em frameworks nacionais.

O princípio 2 ‘Definição de Impacto e Objetivos’ tem por intuito dar continuidade na ampliação de influências benéficas, enquanto mitigam-se as consequências adversas e supervisionam os perigos para as comunidades e o ecossistema decorrentes das operações, produtos e serviços. Dias (2022) reforça que é crucial estabelecer e divulgar metas que possam ter os efeitos mais marcantes. A *Unep Finance Initiative* (2019) alerta que para desenvolver economias sustentáveis e capacitar as pessoas a construir futuros melhores os bancos precisam identificar, avaliar e melhorar a influência nas pessoas e no ambiente resultante de suas atividades, produtos e serviços. Para que os bancos aumentem continuamente o impacto positivo e, ao mesmo tempo, reduzam o impacto negativo, precisam incorporar a avaliação de riscos e impactos nas três dimensões da sustentabilidade nas tomadas de decisões de negócios em níveis estratégico, de portfólio e de transação.

No que diz respeito ao terceiro princípio ‘Clientes’ Dias (2022) sugere a colaboração com os clientes para promover procedimentos sustentáveis e viabilizar atividades econômicas que promovam o bem-estar coletivo para as atuais e futuras gerações. Nesse sentido a *Unep Finance Initiative* (2019) menciona que os bancos podem contribuir com seus clientes incentivando e acompanhando na transição para modelos de negócios, tecnologias e estilos de vida mais sustentáveis.

O princípio 4 ‘Partes Interessadas’ busca a opinião, o engajamento e a colaboração com as partes envolvidas para alcançar os propósitos da comunidade. *Unep Finance Initiative* (2019) cita que ao formar parcerias com partes interessadas



relevantes, os bancos podem aumentar significativamente o impacto de suas ações e oferecer suporte a ações na escala de mudança necessária.

O quinto princípio ‘Governança e Cultura’ diz respeito ao compromisso por meio de uma estrutura de gestão eficiente e uma cultura que promova uma atuação bancária responsável. Isso requer o estabelecimento de uma cultura e prática diária de negócios, na qual todos os funcionários entendam seu papel de cumprir o objetivo do banco e integrem a sustentabilidade em seu trabalho e na tomada de decisões. Para tanto, o banco precisa colocar em vigor procedimentos eficazes de governança relacionados à sustentabilidade, incluindo atribuir funções e responsabilidades claras, estabelecer sistemas de gerenciamento eficazes e alocar recursos adequados (*Unep Finance Initiative*, 2019).

O sexto e último princípio ‘Transparência e Prestação de Contas’ menciona a necessidade de analisar a implementação dos princípios, de modo individual e/ou coletivo (Dias, 2022). Segundo a *Unep Finance Initiative* (2019) a divulgação pública é fundamental pois permite que as partes interessadas internas e externas avaliem a contribuição de seus bancos para a sociedade e o progresso que está alcançando. Isso, por sua vez, ajuda a criar confiança nos compromissos relacionados à sustentabilidade do seu banco e ajuda a distinguir seu banco dos concorrentes.

Há três etapas que a *Unep Finance Initiative* (2019) fornece como guia para implementação do Princípios de Responsabilidade Bancária: A primeira fase consiste na avaliação do impacto, momento crucial para examinar as consequências mais graves originadas nos contextos sociais e econômicos pelos procedimentos, produtos e serviços oferecidos pela instituição financeira, por exemplo, os efeitos adversos que a ampla adoção dos cartões de crédito tem provocado no endividamento das famílias brasileiras. A segunda etapa faz-se necessário definir objetivos alcançáveis e mensuráveis para abordar os efeitos gerados pelas instituições bancárias, como implementar iniciativas de instrução financeira para os clientes e reduzir o número de clientes endividados. E, por fim, a terceira etapa envolve divulgações públicas e transparentes sobre o progresso das metas estipuladas (Dias, 2022).

O assentimento aos princípios da responsabilidade bancária emerge como um fator distintivo para as entidades financeiras, devido ao seu patamar mais elevado de operação sustentável dentro do segmento. Entretanto, outras certificações pertinentes também estão presentes, como o *Dow Jones Sustainability Index* (da Bolsa de Valores de Nova Iorque) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (da Bolsa de Valores de São Paulo), ambos estipulando critérios de sustentabilidade fundamentados nos pilares ESG e avaliando as empresas aptas a integrar o rol das corporações sustentáveis (Dias, 2022).

Como um exemplo prático da implementação desses princípios pode ser visto quando o bancos Bradesco, Itaú e Santander lançaram, em 2020, um plano conjunto e integrado com o objetivo de contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Foram dez medidas, construídas a partir de três frentes de atuação identificadas como prioritárias para a região com investimento em infraestrutura sustentável e garantia dos direitos básicos da população da região amazônica. Segundo Calixto (2021) estão entre as ações o estímulo às cadeias sustentáveis na região por meio de linhas de financiamento diferenciadas; viabilização de investimentos em infraestrutura básica para o desenvolvimento social e ambiental; fomento de um mercado de ativos e instrumentos financeiros de lastro verde e a tração de investimentos e promoção de parceiras para o desenvolvimento de tecnologias que impulsionem a bioeconomia.



A proposta é intensificar as medidas de proteção da Floresta Amazônica. Por isso, a atuação dos bancos é coordenada com o governo e as ações implementadas em alinhamento com as iniciativas públicas, potencializando, o impacto das ações para o desenvolvimento social e econômico da região. O projeto uniu Bradesco, Itaú e Santander pelo propósito de lançar uma agenda objetiva que defenda e valorize a Amazônia, suas riquezas naturais, florestas, rios e cultura diversificada, com base nos discursos de sustentabilidade responsável unindo instituições par mostrar que têm boas práticas de sustentabilidade, preceito da carteira teórica criada pela B<sup>3</sup>.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção descreve-se o enquadramento metodológico da pesquisa e os procedimentos utilizados para coletar e analisar os dados.

#### 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto ao problema o estudo caracteriza-se como qualitativa. Os métodos qualitativos empregam uma abordagem específica ao analisar dados textuais e visuais. Na redação da seção metodológica de uma pesquisa qualitativa, é essencial esclarecer a natureza da investigação, detalhar os processos utilizados, definir o papel do pesquisador, extrair informações de diversas fontes de dados, seguir protocolos para documentar informações, realizar análises em etapas múltiplas e garantir a integridade dos dados coletados (Creswell, 2007).

Quanto aos objetivos o estudo classifica-se como descritivo. A pesquisa descritiva examina, detalha e esclarece questões, eventos ou características do mundo real, de maneira precisa, ao observar e estabelecer relações e conexões, levando em consideração a influência exercida pelo ambiente (Michel, 2015). No presente estudo descreve-se as empresas do setor bancário integrantes do ISE/B<sup>3</sup>.

As estratégias da pesquisa para o estudo caracterizam-se como documental. A técnica de exame documental, que envolve a consulta a documentos e registros relacionados ou não ao tópico de pesquisa em análise. Essa abordagem é empregada para obter informações relevantes que contribuem para a compreensão e análise do problema em questão (Michel, 2015). O artigo versa sobre as empresas do segmento bancário e a aderência aos ODS observando as respostas ao questionário do ISE/B<sup>3</sup>.

#### 3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A amostra do estudo é baseada nas respostas ao questionário aplicado as empresas listadas na B<sup>3</sup>, que integram a 19ª carteira ISE 2024 que entrou em vigor em 02 de janeiro de 2024, contando como total de 78 companhias, pertencentes a 36 setores econômicos. Os achados para a pesquisa apontam 6 empresas do setor financeiro, do segmento bancário, as quais são: Banco do Brasil, Banco Pan, Bradesco, BTG Pactual, Itaú e Santander (ISE, 2023). O segmento em questão foi escolhido tendo em vista que cada vez mais o setor bancário busca envolvimento nas áreas de sustentabilidade e bem-estar social. As instituições financeiras são grandes responsáveis por direcionar seus recursos financeiros para empresas e projetos que podem influenciar positiva ou negativamente o meio ambiente, sendo assim surgiu a preocupação em gerenciar suas operações financeiras para que não impactem a sociedade de forma negativa, sendo direta ou indiretamente (Dias, 2022).



Para analisar a aderência das empresas do segmento bancário, integrantes do ISE/B<sup>3</sup> aos ODS e a transparência na divulgação em seus relatórios, foram analisadas as respostas dessas empresas ao questionário ISE/B<sup>3</sup> 2023/2024 que possui 98 tópicos e um total de 259 perguntas, porém foram utilizadas 14 perguntas na presente pesquisa. A dimensão utilizada para esta pesquisa foi a Governança Corporativa e Alta Gestão, visto que nela consta o tema Fundamentos de Gestão da Sustentabilidade Empresarial, com tópicos voltados aos compromissos e práticas de gestão, alinhamento com a Agenda 2030 e ODS e as práticas de transparência nas divulgações, conforme Figura 2.

Figura 2 – Delineamento dos procedimentos de análise dos dados



Fonte: Dados da pesquisa.

Diante das respostas ao questionário ISE/B<sup>3</sup> das instituições financeiras objeto de estudos foi possível constatar suas práticas e ações sustentáveis no que diz respeito a Agenda 2030 e aos ODS.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para dar início as análises das instituições bancárias, foi necessário conhecer as peculiaridades dos seis bancos que são objeto de estudo no presente trabalho.

O Bradesco, banco comercial, fundado em 1943 na cidade de Marília, São Paulo, é uma das maiores instituições financeiras do país, tem foco em atividades de intermediação financeira, seguros diversos, crédito e financiamentos e outros serviços bancários. Tem por propósito: Criar oportunidades para a realização das pessoas e o desenvolvimento sustentável de empresas e sociedade (Bradesco, 2024).

O Banco do Brasil foi o primeiro banco a ser fundado no país, em 1808, trata-se de uma instituição estatal em forma de sociedade mista. Seus negócios com foco no setor financeiro variam entre gestão de recursos, seguros, previdência, renda fixa/variável, consórcios e vários produtos do setor. Tem por propósito: Ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos (Banco do Brasil, 2024).

O Banco BTG Pactual surgiu em 1983 como uma Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários (DTVM) a princípio, porém em 1989 tornou-se um banco digital. Com foco em investimentos e gestão de ativos e fortunas, segue sendo um dos principais quando o assunto é investimento e distribuição, também é o maior banco



de investimento da América Latina. Tem por propósito: Apoiar seu momento de vida e a construção da sua história (BTG Pactual, 2024).

O Banco Pan foi adquirido com totalidade pelo Banco BTG Pactual em 2011 assim levando o nome que possui atualmente. A instituição presta seu serviço de formar totalmente digital, atua nas áreas de cartão de crédito, financiamento, investimento de renda fixa, créditos e afins. Tem por missão: Facilitar a vida das pessoas com soluções criativas e inteligentes de serviços financeiros e consumo (Banco Pan, 2024).

O Grupo Santander é originalmente da Espanha e com seu crescimento mundial, abriu a primeira agência no Brasil em 1982. O banco tem como atividade principal a banca de varejo, porém oferta muitos tipos de produtos e serviços do setor bancários. Tem por propósito: Contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem (Santander, 2024).

O Banco Itaú iniciou suas atividades em 1924. Ao longo dos anos passou por diversas fusões e mudanças até se tornar a instituição que é hoje, uma das marcas mais valiosas da América Latina. Possuindo um amplo portfólio de produtos e serviços, a instituição concede promoções e vantagens exclusivas para seus clientes, com a intenção de fidelizar suas relações. O propósito do banco é: Estimular o poder de transformação das pessoas (Itaú, 2024).

A seguir são apresentadas as respostas dessas empresas ao questionário ISE/B<sup>3</sup> 2023/2024 referente aos tópicos compromissos e práticas de gestão, alinhamento da Agenda 2030 e os ODS e práticas de transparência nas divulgações.

#### 4.1 COMPROMISSOS E PRÁTICAS DE GESTÃO

Observou-se que, nas instituições objeto de estudo, o Conselho de Administração representa a mais alta instância dentro da estrutura de governança corporativa com responsabilidade direta sobre as questões de sustentabilidade. Estas instituições declaram formalmente seu compromisso com o desenvolvimento sustentável em sua missão, visão, planejamento estratégico, objetivos e metas de desempenho, bem como em suas políticas corporativas e código de conduta. O Banco Bradesco, Banco do Brasil, BTG e Itaú, além desses itens, incorporam o desenvolvimento sustentável em seus estatutos, demonstrando um compromisso institucional com essa causa.

Os temas que estão expressamente incluídos no compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável apontados pelas instituições estudadas são: respeito e promoção dos direitos humanos; melhoria das condições de trabalho, emprego e renda; respeito ao meio ambiente; respeito às práticas concorrenciais; relações responsáveis com clientes e consumidores; inclusão socioeconômica e redução das desigualdades sociais; boas práticas de governança organizacional; combate à mudança do clima e seus impactos; combate a todas as formas de corrupção. Infere-se que, conforme as respostas para questão, as empresas objeto de estudos seguem os Princípios da Responsabilidade Bancária, apresentado na Figura 1.

Os itens que são considerados no processo de planejamento estratégico das instituições são: impactos socioambientais materiais positivos e negativos dos negócios da companhia, e de toda sua cadeia de valor, inclusive no médio e longo prazo; posicionamento da companhia frente a oportunidades e riscos corporativos; interesses de outros públicos além dos seus acionistas, dirigentes e clientes;



compromissos considerados relevantes e prioritários provenientes de compromissos voluntários formalmente assumidos e da análise da Agenda 2030 e ODS. A exceção se dá no Banco Pan que não considera os impactos socioambientais da sua cadeia de valor, bem como os respectivos riscos operacionais. Nesse item é possível inferir que as empresas fazem uso dos princípios de transparência e equidade, conforme visto no Quadro 2 - Princípios Básicos da Governança Corporativa.

Em relação aos indicadores de sustentabilidade todas as instituições utilizam os resultados para apoiar a tomada de decisão no processo de planejamento estratégico; acompanham o histórico e a evolução de resultados por meio de sistema de gestão único que integra os indicadores de sustentabilidade aos sistemas de gestão de suas operações; utilizam os resultados para prestar contas de seu desempenho em temas relevantes a partes interessadas. O acompanhamento destes indicadores se dá sistematicamente, e independentemente de demandas específicas; com a mesma frequência das informações financeiras; identificando e priorizando a gestão de um conjunto de indicadores-chave.

#### 4.2 ALINHAMENTO COM AGENDA 2030 E ODS

Quando se trata da Agenda 2030 e dos ODS, as instituições utilizam como ponto de referência para identificar e integrar aspectos pertinentes de sustentabilidade em suas operações. Elas examinam as implicações e os impactos de suas atividades e práticas empresariais, priorizando os ODS mais relevantes com base na análise de materialidade. Isso implica capturar tanto os impactos positivos quanto os negativos (externalidades) mais significativos de seus negócios.

Os resultados da priorização dos ODS relacionados com a Dimensão Social conforme distribuição realizada por Penna, Silva Filho, Ferrari, Georges (2022) estão demonstrados no Quadro 3.

**Quadro 3: Resultado da priorização dos ODS – Dimensão Social**

ODS	Alternativa de resposta	Bradesco	Banco do Brasil	BTG	Pan	Santander	Itaú	Total
1-Acabar com a pobreza	Analísado e não prioritário	1		1				2
	Analísado e prioritário		1		1	1	1	4
2-Acabar com a fome	Analísado e não prioritário	1		1	1			3
	Analísado e prioritário	1				1	1	3
3-Assegurar uma vida saudável	Analísado e não prioritário	1	1	1	1		1	5
	Analísado e prioritário					1		1
4-Assegurar a educação inclusiva	Analísado e não prioritário			1				1
	Analísado e prioritário	1	1		1	1	1	5
5-Alcançar a igualdade de gênero	Analísado e não prioritário							0
	Analísado e prioritário	1	1	1	1	1	1	6
10-Reduzir a desigualdade	Analísado e não prioritário							0
	Analísado e prioritário	1	1	1	1	1	1	6

Fonte: Dados da pesquisa (2024)



Vale ressaltar que no questionário original haviam mais duas opções de respostas, sendo elas “a) não incluído nas análises” e “b) ainda em análise”, ambas foram retiradas dos quadros apresentados em razão de não haver apontamentos das instituições financeiras nestas alternativas.

Por meio do que está apresentado no Quadro 3, na Dimensão Social as empresas no setor bancário têm uma tendência maior de aderir aos ‘ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero’ e ‘ODS 10 – Reduzir a desigualdade’, infere-se que essa prioridade se deve a pressões sociais e regulatórias, benefícios econômicos, preocupações com risco e reputação. Essas empresas reconhecem que promover a igualdade de gênero e reduzir a desigualdade não apenas é ético, mas também pode aumentar o desempenho financeiro, reduzir riscos e fortalecer sua posição competitiva no mercado.

Os resultados da priorização dos ODS relacionados com a Dimensão Ambiental conforme distribuição realizada por Penna, Silva Filho, Ferrari, Georges (2022) estão apresentados no Quadro 4.

**Quadro 4: Resultado da priorização dos ODS – Dimensão Ambiental**

ODS	Alternativa de resposta	Bradesco	Banco do Brasil	BTG	Pan	Santander	Itaú	Total
6-Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água	Analisado e não prioritário	1			1		1	3
	Analisado e prioritário		1	1		1		3
7-Assegurar a energia para todos	Analisado e não prioritário	1			1			2
	Analisado e prioritário		1	1		1	1	4
9-Construir infraestruturas resilientes	Analisado e não prioritário				1			1
	Analisado e prioritário	1	1	1		1	1	5
11-Tornar as cidades inclusivas	Analisado e não prioritário	1			1			2
	Analisado e prioritário		1	1		1	1	4
12-Produção e de consumo sustentáveis	Analisado e não prioritário	1						1
	Analisado e prioritário		1	1	1	1	1	5
13-Combater a mudança climática	Analisado e não prioritário							0
	Analisado e prioritário	1	1	1	1	1	1	6
14-Conservação dos oceanos	Analisado e não prioritário	1	1	1	1	1	1	6
	Analisado e prioritário							0
15-Ecosistemas terrestres	Analisado e não prioritário	1			1	1		3
	Analisado e prioritário		1	1			1	3

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Observa-se no Quadro 4, na Dimensão Ambiental os ODS considerados prioritários por todas as instituições financeiras estudadas é o 13, que trata do



combate a mudança climática. Infere-se que a relação dos bancos na transição para uma economia com baixas emissões de carbono é crucial, sendo evidenciada pelo apoio financeiro a iniciativas relacionadas à energia renovável, eficiência energética e outras soluções climáticas.

Os resultados da priorização dos ODS relacionados com a Dimensão Governança conforme distribuição realizada por Penna, Silva Filho, Ferrari, Georges (2022) estão apresentados no Quadro 5.

Quadro 5: Resultado da priorização dos ODS – Dimensão Governança

ODS	Alternativa de resposta	Bradesco	Banco do Brasil	BTG	Pan	Santander	Itaú	Total
8-Crescimento econômico sustentado	Analisado e não prioritário							0
	Analisado e prioritário	1	1	1	1	1	1	6
16-sociedades pacíficas e inclusivas	Analisado e não prioritário	1						1
	Analisado e prioritário		1	1	1	1	1	5
17-Parceria global para o desenvolvimento sustentável	Analisado e não prioritário	1						1
	Analisado e prioritário		1	1	1	1	1	5

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O Quadro 5 demonstra que na Dimensão Governança o ‘ODS 8 – Crescimento econômico sustentado’ foi o mais priorizado pelas instituições bancárias. Esse achado denota o modo de impulsionar os negócios, investindo em projetos e iniciativas que não apenas gerem lucro, mas também tenham impacto positivo a longo prazo na economia e na sociedade.

Em relação ao conjunto de ODS analisados e priorizados as instituições afirmaram que: possuem processos definidos e em andamento para integração dos ODS às estratégias, metas e resultados almejados pela companhia; analisam e trata das implicações das medidas adotadas pela companhia, objetivando contribuir para os ODS priorizados e também evitar possíveis impactos negativos dessas ações sobre os demais ODS; preveem o estabelecimento de indicadores e metas para seus negócios, considerando as métricas em estudo para os ODS propostas pela ONU; preveem o dimensionamento e alocação de recursos humanos, financeiros e/ou outros, em volumes compatíveis com o nível de ambição dado pelos seus objetivos e metas em relação aos ODS; possuem práticas estabelecidas de cooperação com os stakeholders da empresa para atingir seus objetivos e metas relacionadas aos ODS analisados e prioritários; desenvolvem práticas internas de treinamento e integração, relacionando a perspectiva dos ODS às suas práticas de gestão e modelo de negócio; mantém um processo de avaliação de progresso de seus impactos sobre os ODS.

Os resultados que são apresentados a seguir, que dizem respeito ao tratamento dado aos ODS, demonstram que as empresas objeto de estudos estão seguindo as recomendações dos Princípios Básicos da Governança Corporativa, sobretudo os que envolvem a ‘Responsabilidade’ e ‘Sustentabilidade’, apresentados no Quadro 2.

As respostas às questões que envolvem a identificação, avaliação e a comunicação pública das relações entre suas práticas empresariais e os ODS



analisados e considerados prioritários às instituições financeiras que compõe a 19ª carteira do ISE estão contempladas nos Quadros 6, 7, 8 e 9:

Quadro 6: Identificação e comunicação dos impactos entre suas ações e os ODS marcados na coluna "analisado e prioritário".

Alternativa de Respostas		Bradesco	Banco do Brasil	BTG	Pan	Santander	Itaú	Total
Identifica os Impactos	Favoráveis		1					1
	Desfavoráveis							0
	Tanto positiva quanto negativa	1		1	1	1	1	5
	Nenhuma							0
Incorpora na comunicação pública	Favoráveis	1	1	1			1	4
	Desfavoráveis							0
	Tanto positiva quanto negativa				1	1		2
	Nenhuma							0

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Observa-se por meio do Quadro 6 das instituições objeto de estudos, apenas os Bancos Pan e Santander identificam as evidências dos impactos de suas ações sobre os ODS analisados e prioritários, tanto em relação às situações positivas quanto às negativas e as comunicam publicamente.

Quadro 7: Dimensão e comunicação dos impactos entre suas ações e os ODS marcados na coluna "analisado e prioritário", com base em metodologias adequadas.

Alternativa de Respostas		Bradesco	Banco do Brasil	BTG	Pan	Santander	Itaú	Total
Dimensiona os Impactos	Favoráveis		1					1
	Desfavoráveis							0
	Tanto positiva quanto negativa	1		1	1	1	1	5
	Nenhuma							0
Incorpora na comunicação pública	Favoráveis		1	1			1	3
	Desfavoráveis							0
	Tanto positiva quanto negativa	1			1			2
	Nenhuma					1		1

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Por meio do Quadro 7, pode-se ver que todas as instituições dimensionam os impactos entre suas ações e os ODS analisados e prioritários com base nas metodologias adequadas independente de quando os impactos são positivos ou



negativos, com exceção do Banco do Brasil que dimensiona somente quando gera impactos favoráveis. Em relação a comunicação desses resultados, os bancos Bradesco e Pan comunicam de forma pública impactos positivos e negativos, já o Banco do Brasil, BTG e Itaú comunicam apenas impactos favoráveis e somente o Santander não publica esses resultados.

Quadro 8: Avaliação e comunicação dos impactos de suas ações e os ODS marcados na coluna "analisado e prioritário", em relação mercado em que atua.

Alternativa de Respostas		Bradesco	Banco do Brasil	BTG	Pan	Santander	Itaú	Total
Avalia a Magnitude dos Impactos	Favoráveis	1	1				1	3
	Desfavoráveis							0
	Tanto positiva quanto negativa			1	1	1		3
	Nenhuma							0
Incorpora na comunicação pública	Favoráveis	1	1	1			1	4
	Desfavoráveis							0
	Tanto positiva quanto negativa				1			1
	Nenhuma					1		1

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Os bancos que são favoráveis a avaliar em que medida a magnitude desses impactos são relevantes em relação ao mercado em que atuam são Bradesco, Banco do Brasil e Itaú, os bancos que avaliam tanto positivos quanto negativos são BTG, Pan e Santander. As instituições financeiras que comunicam apenas as suas avaliações favoráveis são o Bradesco, Banco do Brasil, BTG e Itaú, o banco Pan publica tanto positiva quanto negativa e o Santander não publica.



Quadro 9: Avaliação e comunicação entre suas ações e os ODS marcados na coluna "analisado e prioritário", em relação as metas nacionais/globais.

Alternativa de Respostas		Bradesco	Banco do Brasil	BTG	Pan	Santander	Itaú	Total
Avalia a Magnitude dos Impactos	Favoráveis	1					1	2
	Desfavoráveis							0
	Tanto positiva quanto negativa			1	1			2
	Nenhuma		1			1		2
Incorpora na comunicação pública	Favoráveis	1		1			1	3
	Desfavoráveis							0
	Tanto positiva quanto negativa				1			1
	Nenhuma		1			1		2

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Levando em consideração as alternativas das empresas foco do estudo, em relação a instituições que avaliam a magnitude dos impactos serem relevantes em um nível nacional/global, observa-se que o Bradesco e o Itaú são favoráveis, BTG e Pan avaliam positiva e negativamente e Banco do Brasil e Santander não avaliam. A comunicação quando os resultados são favoráveis são adotadas pelos bancos Bradesco, BTG e Itaú, o banco Pan comunica positiva e negativamente, e os bancos Banco do Brasil e Santander não comunicam.

#### 4.3 PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA NAS DIVULGAÇÕES

As empresas do segmento bancário estudadas declararam que organizam reuniões públicas, presenciais ou virtuais, com analistas e demais agentes do mercado de capitais, para divulgar informações com reporte de indicadores de sustentabilidade. Esse fato indica a utilização do sexto Princípio da Responsabilidade Bancária que trata da 'Transparência e Prestação de Contas', conforme Figura 1, bem como os Princípios Básicos da Governança Corporativa que trata da 'Transparência', Quadro 2.

Com base nas respostas das instituições financeiras ao questionário ISE/B<sup>3</sup> 2023/2024, observou-se que em seu último o relatório de sustentabilidade integra o Relatório Anual, tornando um único documento; seguem as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI) sendo elaborado com envolvimento dos seus administradores; inclui parecer de auditor externo e independente sobre a verificação de seu conteúdo específico a respeito da sustentabilidade; inclui metas de desempenho econômico e socioambiental; relata as externalidades, inclusive negativas, geradas para a sociedade e ao meio ambiente; inclui informações quantitativas sobre implicações econômicas de questões relacionadas à sustentabilidade, como, por exemplo, demonstração de lucros e perdas ambientais, valoração de serviços ecossistêmicos, e análise de custo-benefício (ou retorno do investimento) incluindo aspectos socioambientais.



Com relação à produção de relatos baseados na integração entre informações econômicas, socioambientais e de governança, todas as instituições afirmaram que adotam como padrão a produção de relatos com essas características, com exceção do Banco Pan que adotou essas medidas, mas ainda não publicou os relatórios.

No que diz respeito as características de informação dos relatórios de sustentabilidade o Banco do Brasil, BTG, Santander e o Itaú responderam que o relato integrado segue as diretrizes da *International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation)*. Os bancos Bradesco e Pan seguem diretrizes publicadas por outras referências como por exemplo, as diretrizes de Relato Integrado da *Value Reporting Foundation (IIRC)* e *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)*.

## 5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve sua origem na reflexão acerca das empresas do segmento bancário integrantes do ISE/B<sup>3</sup> e a aderência à Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Iniciou-se por compreender os conceitos do *Triple Bottom Line*, da Agenda 2030, passando pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os Princípios da Responsabilidade Bancária. Observou-se que essas práticas de responsabilidade socioambientais estão ligadas as tomadas de decisões, impactos e comunicação das ações empresariais, que seguindo esses princípios buscam alinhamento com um desenvolvimento mais consciente e sustentável. No centro desse embasamento teórico, encontram-se as instituições bancárias.

A partir desse contexto propôs-se atender ao seguinte objetivo da pesquisa: analisar a aderência das empresas do segmento bancário, integrantes do ISE/B<sup>3</sup> a Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e se possuem transparência em seus relatórios, por meio da análise do questionário ISE/B<sup>3</sup>.

Para alcançar o primeiro objetivo específico buscou-se no sítio do ISE/B<sup>3</sup> as empresas do segmento bancário que compunham a última carteira de 2024. Foi identificado seis instituições, sendo elas: Bradesco, Banco do Brasil, BTG Pactual, Banco Pan, Itaú e Santander.

Para segundo objetivo verificou-se nas respostas dessas empresas do segmento bancário ao questionário ISE/B<sup>3</sup> que os fundamentos de gestão da sustentabilidade dividem-se em três eixos principais: a) compromissos e práticas de gestão; b) alinhamento à Agenda 2030 e os ODS; e, c) Práticas de transparência nas divulgações.

Em relação aos compromissos e práticas de gestão, pode-se constatar nas respostas ao questionário ISE/B<sup>3</sup> que a maioria das empresas do segmento bancário tem o Conselho de Administração como a mais alta instância da estrutura de governança corporativa; declaram formalmente seu compromisso com o desenvolvimento sustentável em sua missão, visão, planejamento estratégico, objetivos e metas de desempenho, políticas corporativas, código de conduta e estatutos; utilizam sistematicamente os resultados de indicadores de sustentabilidade para apoiar a tomada de decisão no processo de planejamento estratégico e para prestar contas de seu desempenho à partes interessadas.

No que tange ao alinhamento à Agenda 2030 e os ODS, foi possível constatar que os ODS analisados e considerados prioritários por todas as instituições empresas



do segmento bancário são: a) Na Dimensão social: ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e ODS 10 - Reduzir a desigualdade; Na Dimensão ambiental: ODS 13 - Combater a mudança climática; e, c) Na Dimensão Governança: ODS 8 - Crescimento econômico sustentado. Nesse quesito observou-se também que embora haja aderência aos 17 ODS como referência na identificação e na integração de aspectos relevantes de sustentabilidade em seus negócios, as empresas do segmento bancário não são unânimes ao definirem a prioridade dos ODS em suas atividades e práticas empresariais.

Sobre as questões de práticas de transparência, foi possível observar que as empresas do segmento bancário, utilizam as diretrizes do GRI para elaborar o Relatório de Sustentabilidade.

Apenas os Bancos Pan e Santander identificam as evidências dos impactos de suas ações sobre os ODS analisados e prioritários, tanto em relação às situações positivas quanto às negativas e as comunicam publicamente. Todas as empresas dimensionam os impactos entre suas ações e os ODS analisados e prioritários com base nas metodologias adequadas independente de quando os impactos são positivos ou negativos, com exceção do Banco do Brasil que dimensiona somente quando gera impactos favoráveis. Sobre a comunicação desses resultados, os bancos Bradesco e Pan comunicam de forma pública impactos positivos e negativos, o Banco do Brasil, BTG e Itaú comunicam apenas impactos favoráveis e o Santander não publica esses resultados.

Os bancos que são favoráveis a avaliar em que medida a magnitude desses impactos são relevantes em relação ao mercado em que atuam são Bradesco, Banco do Brasil e Itaú, os bancos que avaliam tanto positivos quanto negativos são BTG, Pan e Santander. As empresas do segmento bancário que comunicam apenas as suas avaliações favoráveis são o Bradesco, Banco do Brasil, BTG e Itaú, o banco Pan publica tanto positiva quanto negativa e o Santander não publica.

Em relação aos bancos que avaliam a magnitude dos impactos serem relevantes em um nível nacional/global, foi observado que o Bradesco e o Itaú são favoráveis, BTG e Pan avaliam positiva e negativamente e Banco do Brasil e Santander não avaliam. A comunicação quando os resultados são favoráveis são adotadas pelos bancos Bradesco, BTG e Itaú, o banco Pan comunica positiva e negativamente, e os bancos Banco do Brasil e Santander não comunicam.

Por tanto, foi possível constatar que as práticas de transparência nas divulgações das ações voltadas a sustentabilidade das empresas do segmento bancário, utilizando-se das respostas ao questionário ISE/B<sup>3</sup>, que todas as empresas publicam seus resultados, porém algumas divulgam apenas resultados favoráveis e outras publicam esses dados independente se positivos ou negativos.

Sendo assim, pode-se inferir que as empresas do segmento bancário integrantes do ISE/B<sup>3</sup>, estão alinhadas com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e que buscam dar transparência de suas práticas e ações que consolidam suas metas de sustentabilidade.

Em relação aos ODS mais aderidos pelas empresas do segmento bancário é possível concluir que na dimensão social por meio dos ODS 5 e 10 as empresas buscam tornar o ambiente de trabalho um lugar mais inclusivo e de igualdade, na dimensão ambiental, com o ODS 13, se mostram preocupados com as mudanças climáticas e o meio ambiente e por fim na dimensão governança, o ODS 8 comprova que todas buscam garantir trabalho decente em suas empresas e também mostrarem estar comprometidas e focadas no crescimento econômico.



Para pesquisas futuras sugere-se verificar essas práticas de transparência nos relatórios de sustentabilidade das instituições financeiras, tendo em vista que este estudo se norteou no questionário ISE/B<sup>3</sup>.

## REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. **Para o Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

ALMEIDA, Hayra J; COSTA, Abimael Barros. **Práticas de sustentabilidade corporativa no Brasil**: análise das instituições financeiras integrantes do índice de sustentabilidade empresarial. Novo Hamburgo, RS. 2020. Disponível: [www.periodicos.feevale.br/seer/index.php/article/view/898](http://www.periodicos.feevale.br/seer/index.php/article/view/898). Acesso em: 30 de abril de 2024.

AQUINO, Wagner de. **Balço social como instrumento para demonstrar a responsabilidade social das entidades**: uma discussão quanto à elaboração, padronização e regulamentação. São Paulo, SP, Melhoramentos, 2022.

BANCO DO BRASIL. **HISTÓRIA DO BANCO DO BRASIL SA**. Disponível em <https://www.bb.com.br/portallbb/page22,8477,8477,22,0,1,8.bb?&codigoNoticia=32315>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

BRADESCO. **NOSSA HISTÓRIA**: O BRADESCO. Disponível em <https://www.bradescori.com.br/o-bradesco/historia/nossa-historia/>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

BTG PACTUAL. **PADRÃO BTG PACTUAL**. Disponível em <https://www.sejabtg.com/institucional>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

CALIXTO, Laura. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da agenda 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 202.

ISEB3. **CARTEIRAS E QUESTIONÁRIOS**. ISE, 2024. Disponível em: <https://iseb3.com.br/carteiras-e-questionarios> Acesso em: 07 de abril de 2024.

CORRÊA, Rosany et al. Evolução dos níveis de aplicação de relatórios de sustentabilidade (GRI) de empresas do ISE/Bovespa. **Sociedade, contabilidade e gestão**, v. 7, n. 2, 2013.

COSTA, Edwaldo; FERREZIN, Nataly Bueno. ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. **Revista Alterjor**, v. 24, n. 2, p. 79-95, 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p. (Métodos de pesquisa). ISBN 9788536308920 (broch.).



DA SILVA, Bárbara Siqueira et al. **A influência da governança corporativa na divulgação socioambiental de empresas listadas na B3.** 2020.

DIAS, Maurício. **A relação entre gestão de risco operacional e ESG: um estudo de caso no setor financeiro.** Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, 2022.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade: canibais com garfo e faca.** Rio de Janeiro, RJ, M. Books. 2020.

IBGC. **GOVERNANÇA CORPORATIVA.** Disponível em <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acesso em: 02 de junho de 2024.

ITAU. **PERFIL CORPORATIVO.** Disponível em <https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/itau-unibanco/perfil-corporativo/>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

MATIAS, Eduardo Felipe P. **A humanidade contra as cordas: a luta da sociedade global pela sustentabilidade.** Editora Paz e Terra, 2019.

MAZZIONI, Sady; VILANI, Leonir. Práticas de responsabilidade socioambiental nas empresas de Santa Catarina listadas na BM&FBovespa. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, 2021.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de 2 trabalhos monográficos.** 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/84237-chefe-da-onu-pede-globalizacao-justa-em-primeira-cupula-dos-objetivos-globais>. Acesso em: 05 de junho de 2024.

PAN. **SOBRE O BANCO PAN.** Disponível em <https://www.bancopan.com.br/sobre-o-pan-banco-pan/#manifestopan>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

PASSAGLIA, Luiz Fernando; DA ROCHA-PINTO, Sandra Regina. Governança de participação societária: Fatores críticos para a redução do conflito de agência entre holding e controladas. **Revista de negócios**, v. 19, n. 1, 2014.

POLO, Edison Fernandes. **A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa.** Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2020.

UNEP. **PRINCÍPIOS PARA RESPONSABILIDADE BANCÁRIA.** Disponível em <https://www.unepfi.org/wordpress/wp-content/uploads/2022/07/PRB-Guidance-Documents-PT-Documento-Guia-do-PRB.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2024.



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



SANTANDER. **SOBRE O SANTANDER BRASIL**. Disponível em  
<https://www.santander.com.br/ri/santander-brasil>. Acesso em: 26 de maio de 2024.